



Câmara dos Deputados

Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira – CONOF

INFORMATIVO nº 146/2015

montante do saldo devedor do financiamento na hipótese de quitação antecipada. Portanto, o projeto e 27 dentre os PLS apensados não traz implicações orçamentárias ou financeiras, por disciplinar a movimentação de recursos privados, que não transitam no orçamento da União. Todavia, o PL nº 3.165, de 2000 apresenta inadequação e incompatibilidade orçamentária e financeira.

Brasília, 16 de junho de 2015.

Leonardo José Rolim Guimarães
Consultor de Orçamento e Fiscalização Financeira